



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 5.707-B, DE 2005

“Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima.”

Autor: SENADO FEDERAL

Relator : Deputado ALFREDO KAEFER

I - RELATÓRIO

Com o projeto de lei agora sob exame, o Senado Federal pretende autorizar o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal Rural de Roraima, com sede em Boa Vista, à qual se poderá agregar o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Roraima, com o propósito de desenvolver pesquisa, ensino e extensão sobretudo nas áreas de silvicultura, agricultura e pecuária, respeitados os direitos dos povos indígenas e a preservação das riquezas naturais do Estado de Roraima.

Por tratar de matéria similar - e nos termos regimentais -, foi apensado o PL nº 4.956, de 2005, de autoria do ilustre Deputado Luciano Castro.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que a aprovou por unanimidade, para a Comissão de Educação e Cultura, que também opinou unanimemente pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo do Relator, para a Comissão de Finanças e Tributação, que deve dar parecer somente quanto à adequação financeira e orçamentária, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aberto e esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.



76E357DE49

II - VOTO DO RELATOR

Estamos diante de um projeto autorizativo, sem qualquer impacto direto nas despesas ou receitas do Orçamento da União. Como todos sabem, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 17, § 1º, determina que os atos que criarem ou aumentarem a despesa obrigatória de caráter continuado devem ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, bem como da demonstração de origem dos recursos para seu custeio.

Nesse estágio dos acontecimentos, evidentemente não é necessária a apresentação dos referidos documentos, porque a despesa não está sendo criada de fato, mas apenas autorizada. Quando o Poder Executivo for publicar os atos de criação da instituição, no entanto, será preciso observar as regras da Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, somos pela não-implicação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.707-B, de 2005.

Sala das Sessões, em de abril de 2008.

Deputado ALFREDO KAEFER
Relator



76E357DE49